

Mulheres e Covid-19: uma análise discursiva sobre a cartilha do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Women and Covid-19: a discursive analysis on the primer of the Ministry of Women, Family and Human Rights

Mujeres y Covid-19: un análisis discursivo de la cartilla del Ministerio de la Mujer, la Familia y los Derechos Humanos

Maíra Teixeira Ferrari

Universidade Federal de Viçosa | maaitferrari@gmail.com

Mariana Ramalho Procópio

Universidade Federal de Viçosa | mariana.procopio@ufv.br

Resumo: Este artigo analisa os imaginários sociodiscursivos sobre mulheres e feminilidades na cartilha *Mulheres na Covid-19*, elaborada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do Governo Federal do Brasil, em 2020. Por meio de uma análise discursiva semiolinguística, identificamos um imaginário de feminilidade, essencialmente demarcado na figura da mãe, responsável pelos filhos e pelo trabalho doméstico. Acrescenta-se a este imaginário representações hegemônicas de feminilidade: delicadeza, emoção, instabilidade, impulsividade e insegurança. Ademais, identificamos uma tendência de infantilização das mulheres, ao encontrarmos estratégias discursivas de simplificação do conteúdo, principalmente relacionado ao contexto do mercado de trabalho. Por fim, observamos a construção do discurso organizacional do Ministério como agente detentor e simplificador do conhecimento que, além de reforçar um ideal de feminilidade, naturaliza relações de violência, ao silenciar tal discussão.

Palavras-chave: pandemia; gênero; imaginários sociodiscursivos; feminilidade; discurso organizacional.

Abstract: This article analyzes the sociodiscursive imaginary about women and femininities in the primer *Women at covid-19* prepared by the Ministry of Women, Family and Human Rights, of the Federal Government of Brazil, in 2020. Through a semiolinguistic discourse analysis, we identified an imaginary of femininity, essentially demarcated in the figure of the mother, responsible for the children and the housework. Added to this imaginary, we founded hegemonic representations of femininity: delicacy, emotion, instability, impulsiveness and insecurity. In addition, we identified a tendency towards the infantilization of women, when we found discursive strategies for simplifying the content, mainly related to the context of the labor market. Finally, we observe the construction of the Ministry's organizational discourse as an agent that holds and simplifies knowledge, which, in addition to reinforcing an ideal of femininity, naturalizes relationships of violence, by silencing such discussion.

Keywords: pandemic; gender; sociodiscursive imaginary; femininity; organizational discourse.

Resumen: Este artículo analiza el imaginario sociodiscursivo sobre mujeres y feminidades en la cartilla *Mujeres en el Covid-19*, elaborada por el Ministerio de la Mujer, la Familia y los Derechos Humanos, del Gobierno Federal de Brasil, en 2020. Mediante un análisis discursivo semiolinguístico, identificamos un imaginario de feminidad, esencialmente demarcado en la figura de la madre, responsable de los hijos y del trabajo doméstico. A este imaginario se suman representaciones hegemónicas de la feminidad: delicadeza, emoción, inestabilidad, impulsividad e inseguridad. Además, identificamos una tendencia hacia la infantilización de la mujer, cuando encontramos estrategias discursivas para simplificar el contenido, principalmente relacionadas con el contexto del mercado laboral. Finalmente, observamos la construcción del discurso organizacional del Ministerio como agente poseedor y simplificador del conocimiento, que además de reforzar un ideal de feminidad, naturaliza las relaciones de violencia, al silenciar dicha discusión.

Palabras clave: pandemia; género; imaginarios sociodiscursivos; feminidad; discurso organizacional.

Introdução

A pandemia global do novo coronavírus é um acontecimento contemporâneo, sem precedentes. A vivência e a dinâmica cotidiana das pessoas, nos âmbitos pessoal, familiar, social e profissional, sofreram grandes mudanças. Desafios e adaptações se impuseram a todos, em contextos econômicos e sociais diferenciados, mas as mulheres sentiram de maneira mais intensa os impactos da pandemia. Conforme dados¹ do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o número de denúncias de violência contra mulher aumentou, em média, 14,1% nos primeiros meses de 2020, em relação a 2019. Estes números, contudo, podem não representar a exatidão do crescimento, visto que tanto as mulheres quanto os agressores ficam agora mais dentro de casa, o que dificulta o processo de denúncia. Mulheres em relacionamentos abusivos e violentos, por exemplo, em contextos de isolamento social, ficam expostas ao seu abusador por longos períodos de tempo.

Além disso, dados apresentados pela pesquisa “Sem Parar: o Trabalho e a Vida das Mulheres na Pandemia”² mostram que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia, apontando para o imaginário historicamente cristalizado de que o cuidado é responsabilidade da mulher. Entre as entrevistadas que seguiram trabalhando durante a pandemia com manutenção de salários, 41% afirmaram trabalhar mais na quarentena, indicando uma intensificação das relações entre trabalho e atividades domésticas.

Vale destacar ainda que as mulheres estão muito presentes nos trabalhos informais, afetados diretamente pela pandemia. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2020³ mostram que 70% dessas trabalhadoras não possuem carteira assinada. Além da precariedade dos vínculos trabalhistas, os principais riscos para estas profissionais são: a fragilidade de garantia do trabalho, a diminuição de ofertas de emprego e de renda nos períodos de crise e o tipo de trabalho desempenhado pelas profissionais, que as coloca em contato direto com outras pessoas e seus objetos.

Neste contexto de inúmeros desafios e desigualdades para as mulheres, o MMFDH, por meio da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), elaborou uma cartilha⁴ com informações sobre situações relativas à pandemia, destinada ao público-alvo feminino. Entendemos ser o MMFDH o *locus* adequado para realização de ações específicas de política pública ao enfrentamento da pandemia destinadas à população mais vulnerável e, neste caso específico, para as mulheres.

Interessa-nos, neste artigo, observar quais questões foram apontadas pelo Governo Federal como relevantes e específicas ao público feminino. Nosso objetivo principal é caracterizar e analisar os imaginários sociodiscursivos sobre ser mulher na pandemia, presentes no discurso e nas iniciativas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos

¹ Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>>. Acesso em: 29 out. 2020.

² Pesquisa realizada por Gênero e Número e Sempreviva Organização Feminista (SOF). Disponível em: <<http://mulheresnapanemia.sof.org.br/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

³ Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/estudo-revela-aumento-da-situacao-vulnerabilidade-das-trabalhadoras-domesticas-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/cartilha-orienta-mulheres-durante-a-pandemia-do-coronavirus/mulherescovid19_Alterado_corrigeo.pdf>. Acesso: 13 mar. 2021.

Humanos. Especificamente, buscamos (i) encontrar as marcas discursivas que nos sinalizam estes imaginários e (ii) refletir sobre o modo como o Governo Federal, em uma produção concreta do MMFDH, materializa seu entendimento sobre gênero e feminilidades no contexto da pandemia.

Sobre organizações e discurso: considerações para pensar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Partimos da concepção de organização como “unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas a fim de atingir objetivos específicos” (ETZIONI, 1980, p. 9). É com esta conceituação que compreendemos o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, como integrante da organização Governo Federal. Sendo a organização formada por agrupamentos humanos em constante construção/mudança, e considerando ainda que esses sujeitos construtores estão sempre em relação, em constante movimento e motivados por objetivos e percepções distintas, verifica-se a existência de um tensionamento constante, em diversas direções, tornando, portanto, impossível pensar a identidade organizacional como estática, mas sim como (re)tecida permanentemente (BALDISSERA, 2007).

Na atual conjuntura, as tensões que marcam a organização MMFDH e, por conseguinte, o Governo Federal, são referentes a uma polarização política ancorada em preceitos de oposição de um viés neoconservador do atual governo, em relação a um viés progressista de governos anteriores. De acordo com Miguel (2016), o neoconservadorismo na política brasileira se configura pela junção de setores como fundamentalistas religiosos, latifundiários e neoliberais. A pauta de tais grupos se apresenta com um combate aos partidos de esquerda e aos programas sociais historicamente marcados pela reparação de desigualdades. Acrescenta-se a defesa de uma moral cristã e de uma oposição a discussões que problematizem papéis de gêneros e direitos de minorias sociais.

Para analisar o discurso organizacional, é importante compreender que ele mobiliza processos de identificação. Conforme Silva (2013), pensar em identidade só é possível quando pensamos no que não somos, ou seja, nas diferenças. Além disso, a identidade e a diferença são criações sociais, linguísticas e discursivas, criadas por diferentes pessoas nos atos de linguagem e em diferentes contextos.

Por serem construções sociais, identidade e diferença são marcadas por relações de disputas de poder (SILVA, 2013). Quem tem o poder de definir de forma impositiva a identidade tida como normal, natural e correta demarca fronteiras, inclui ou exclui identidades, classifica os grupos e normaliza a sua identidade em detrimento das outras. Em outras palavras, identidade e diferença estão relacionadas com a forma como a sociedade classifica, hierarquiza e atribui valor aos grupos, sobretudo a partir de relações de poder.

As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam (SILVA, 2013, p. 83).

Em um contexto organizacional marcado pela predominância masculina em posições de poder (YANNOULAS, 2002), são os homens que definirão o que é a norma, a identidade dominante e o que se espera de homens e mulheres. Nessa lógica, o discurso organizacional, em uma tentativa de controle, institui as representações de identidade de consenso como as únicas possíveis, impedindo a aparência das diferenças e do dissenso. Portanto, ao se falar algo sobre um sujeito ou uma organização, reflete-se também sobre quem é o enunciador e qual sua intencionalidade, pois “toda fala e toda materialização discursiva atualiza relações de poder, de modo que os discursos nunca são aleatórios e/ou desprovidos de intenção” (BALDISSERA; MAFRA, 2020, p. 6).

Criado em 2015, no governo de Dilma Rousseff, a partir da fusão das Secretarias de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foi reconfigurado de acordo com o perfil ideológico dos ocupantes do poder executivo no Brasil. Em 2016, no governo de Michel Temer, foi extinto e, no ano seguinte, criado novamente, com o nome de Ministério dos Direitos Humanos. Ao ser eleito, em 2018, o presidente Jair Bolsonaro renomeou o órgão como Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e nomeou Damares Alves como ministra.

Além de já ser conhecida no cenário político como ex-assessora do deputado Magno Malta (PSC-ES), Damares é pastora evangélica e advogada. No contexto de sua nomeação, foi elogiada por ser filantropa e ativista dos direitos indígenas. É também conhecida por declarações nas quais demarca a defesa da família nuclear tradicional, de valores cristãos e de uma visão naturalista sobre o papel social da mulher. Em uma entrevista ao jornal *O Globo* (SACONI, 2018, online), a ministra atestou:

A mulher nasceu para ser mãe. Também, mas ser mãe é o papel mais especial da mulher. A gente precisa entender que a relação dela com o filho é uma relação muito especial. E a mulher tem que estar presente. A minha preocupação é: dá pra gente ter carreira, brilhar, competir, consertar as bobagens feitas pelos homens. Sem nenhuma guerra, mas a gente conserta algumas. Dá pra gente ser mãe, mulher e ainda seguir o padrão cristão que foi instituído pras nossas vidas

Entendemos, assim, que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é uma organização, inserida em um contexto organizacional masculinizado. A condução do ministério por uma mulher poderia ser entendida como uma representatividade de gênero dentro do Governo Federal. Porém, a ministra evidencia discursos de naturalização dos papéis considerados femininos, como, por exemplo, reduzir os trabalhos profissionais, que podem ser realizados por mulheres, a habilidades desempenhadas na esfera doméstica⁵. Entendemos, assim, os discursos difundidos por Damares como práticas sociais de (des)legitimação da representatividade de gênero.

⁵ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/damares-faz-bolo-para-marcar-ativismo-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

Discussões sobre gênero e feminilidades

As relações de gênero se apresentam, na história do mundo ocidental, como desiguais, fundadas a partir de uma sociedade na qual prevalece uma oposição binária entre masculino e feminino. Uma das formas de questionamento e inserção de novos debates a tais questões ocorre com o movimento feminista⁶. O feminismo, principalmente para as feministas revolucionárias, “é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks⁷, 2020 p. 17).

A importância de trazer o sexismo⁸ para definição do feminismo se dá como uma forma de desconstrução da imagem do que é o feminismo – por exemplo, um movimento anti-homem –, apresentada pelas mídias tradicionais e sedimentada no imaginário da população no geral. Apontar o sexismo como problema é mostrar que ações de discriminação fundamentadas no sexo podem existir vindas de homens, mas também de mulheres. Além disso, demonstra que não adianta apenas uma luta por igualdade de gênero, por exemplo no trabalho – cargos iguais, com salários iguais, para mulheres e homens –, sem discutir a desigualdade de classe e raça.

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero está, de uma forma geral, relacionado com a construção social da dimensão biológica de sexo, ou seja, mulheres e homens são construídos das realidades sociais e culturais, que lhes atribuem diferentes significados. Segundo Scott (1995), isto implica em determinar funções específicas para mulheres e homens. A elas, aquelas inseridas na esfera privada – ser mãe, esposa, responsável pelo trabalho e cuidado de casa – e a eles as do domínio da esfera pública – o provedor, a racionalidade, o chefe da família. Ademais, é na construção dos *significados culturais* a partir das diferenças sexuais que são amparadas as desigualdades e as hierarquias, sobretudo de alteridade dos corpos, e os ideais de ser mulher e de ser homem (CONNELL, 1995).

Pateman (2013) também discute a diferenciação dos papéis sociais a partir da perspectiva do patriarcado⁹, na qual são instituídas socialmente a produção e o trabalho como pertencentes à esfera pública, enquanto a família e as relações familiares à esfera privada. Sendo o patriarcalismo baseado na premissa da natureza, a função natural da mulher é de procriação e, portanto, seu lugar é doméstico e subordinado na ordem social da vida.

O ideal de masculinidade se relaciona à esfera pública e a características como força, coragem, responsabilidade, autocontrole, equilíbrio e estabilidade. Em oposição, a feminilidade é definida como sinônimo de fragilidade, delicadeza, comedimento público, insegurança e instabilidade (DINIZ, 2016). Ou seja, a feminilidade é a construção de um imaginário do que é ser mulher, uma representação que legitima, a partir de um sistema de crenças, o

⁶ Um conjunto de movimentos filosóficos, teóricos e práticos que lutam por direitos de todas, todes e todos. Pode ser definido como “o desejo por democracia radical voltada à luta por direitos daqueles que padecem sob injustiça que foram armadas sistematicamente pelo patriarcado” (TIBURI, 2018, p.87).

⁷ Nota de edição: bell hooks faz questão de grafar com letras minúsculas o pseudônimo com que assina suas obras.

⁸ De acordo com as definições de *Oxford Languages*, sexismo é atitude de discriminação fundamentada no sexo. Disponível em: <<https://bit.ly/3tyyzdv>>. Acesso em: 6 maio 2021.

⁹ Regime, em permanente transformação, de dominação-exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2015).

controle e a dominação masculina. Assim, permeada por relações de poder, a feminilidade é normatizadora, tida como natural, quase biológica, da mulher (VIEIRA, 2019).

Procedimentos metodológicos

Como principal procedimento metodológico, recorreremos à análise do discurso de orientação francesa, a qual nos permitirá revelar sentidos, a partir de práticas sociais, localizadas no tempo e no espaço. A análise do discurso permite a investigação de um objeto tangenciando os contextos de produção, sendo a linguagem reveladora de relações sociais, de sujeitos e sentidos afetados pela língua e pelo contexto.

Aqui, utilizaremos a corrente de análise do discurso semiolinguística, elaborada por Charaudeau (2005, p. 13), para quem o processo de significação compreende elementos de ordem psicossocio-histórica e também de ordem da linguagem:

Semio-, de “semiosis”, elucida a construção do sentido e de sua configuração em relação a forma-sentido, sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; linguística para destacar que a matéria principal da forma em questão – a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens.

É possível, pois, dizer que a principal baliza da teoria semiolinguística é a percepção de que a linguagem mantém uma estreita relação com o contexto psicossocial na qual se realiza, evidenciando um caráter relacional e comunicacional da abordagem. O processo de significação envolve não apenas a configuração semiológica visível, mas também os diversos saberes e discursos que são acionados pelos sujeitos durante os processos de produção e interpretação de um ato de linguagem.

Entre diversas categorias teórico-analíticas, faremos uso do conceito de “imaginários sociodiscursivos”, constituídos por meio da simbolização do mundo, de forma afetiva ou racional, no e pelo discurso, através das relações humanas (VALENTIM; PROCÓPIO; FONSECA, 2018). Esses imaginários são formados a partir das representações sociais, que constroem e significam os seres humanos e seus comportamentos, os fenômenos e os objetos do mundo, e que se cristalizam na memória coletiva a partir de sua repetitiva enunciação. Dessa forma, são tratados como uma maneira de cimentar o elo social em um determinado domínio da prática cotidiana.

O imaginário é considerado sociodiscursivo na medida em que se faz na prática social (política, religiosa, artística, etc.) e através da prática linguística. Os imaginários são sustentados pelos saberes circulantes na sociedade que, segundo Charaudeau (2017), podem ser agrupados em saberes de conhecimento e de crença. Os primeiros tendem a estabelecer uma verdade explicadora de fatos e fenômenos do mundo, fundada de forma exterior ao homem, exprimindo uma verdade que não é subjetiva e que tem como garantia a possibilidade de verificação, ou seja, “quando prevalece uma relação do mundo sobre o sujeito, por meio da ciência e/ou da experiência” (VALENTIM; PROCÓPIO; FONSECA,

2018, p. 92). Os saberes de conhecimento podem ser divididos em saberes que se pautam em uma razão científica, baseando-se em procedimentos de observação, experimentação e cálculo, estabelecidos dentro da ordem do provado; e saberes de experiência, construídos a partir de explicações sobre o mundo por meio da vivência e da empiria.

Já os saberes de crença procedem do olhar que o sujeito possui sobre os eventos e as ações do homem – sendo, assim, portador de julgamento. Ao contrário dos de conhecimento, estes não se baseiam na explicação dos fenômenos do mundo, mas sim em avaliações. Tais saberes são também divididos em outros dois saberes: saber de revelação, que parte de uma verdade exterior ao sujeito com um caráter sagrado, dogmático, recusando qualquer contradição ou crítica; e saber de opinião resultante das avaliações nas quais o sujeito se posiciona e julga a partir dos fatos do mundo. “A opinião resulta de um movimento de apropriação, da parte de um sujeito, de um saber dentre os saberes circulantes nos grupos sociais. Esse saber é, então, ao mesmo tempo pessoal e partilhado, e é por isso que não pode ser discutido” (CHARAUDEAU, 2017, p. 584).

Apesar da separação com finalidade analítica, os saberes se misturam no fluir dos discursos, nos quais cada domínio “engendra saberes e imaginários que lhe são próprios, mas, ao mesmo tempo, estes podem circular de um domínio a outro” (CHARAUDEAU, 2017, p. 588). Há, portanto, uma dinâmica discursiva, envolvendo os saberes, que pode revelar tentativas de controle e de representação do “eu” e do “outro”, nas quais determinados saberes são acionados, mas que, na realidade, refletem características de outros saberes. Isto acontece, por exemplo, quando se tenta impor um conhecimento dito científico, quando na verdade ele está mais vinculado a saberes de crença.

O *corpus* escolhido para análise é a cartilha *Mulheres na Covid-19*, que possui 68 páginas e é dividida em quatro capítulos: “Saúde”, “Enfrentamento à Violência”, “Mercado de Trabalho” e “Dicas Importantes”. Nela, são apresentados dados básicos quanto à proteção contra o coronavírus, dicas para o entretenimento infantil em contextos de isolamento, sugestões de alimentos para fortalecer o sistema imunológico e informações quanto aos serviços disponíveis de proteção da mulher em casos de violência.

Sua elaboração esteve a cargo da SNPM, com colaboração do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), e apresenta em sua ficha técnica os nomes do presidente da República, Jair Bolsonaro, da ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, e da secretária nacional de políticas para as mulheres, Cristiane Rodrigues Britto.

Procuramos pelas formas de divulgação da cartilha e encontramos apenas a disponibilização online. Esta constatação nos leva a crer que a acessibilidade do material será potencialmente reduzida ao público que consegue ter acesso ao PDF por meio da internet. Uma cartilha, que se propõe ser para todas as mulheres, pode não alcançar muitas destas que se encontram em condições desiguais de acesso à rede. Contudo, sabemos que, por estamos inseridos em um contexto de midiaticização (BRAGA, 2012), pode haver outros processos de circulação do conteúdo, mas não nos foi possível mapear os circuitos nos quais a cartilha pode ter circulado.

Os imaginários sobre mulheres e feminilidades na cartilha do Governo Federal: análises

Entendendo o MMFDH como principal agente, oficial do Governo Federal, comunicador de informações relacionadas ao gênero feminino, buscamos analisar as marcas discursivas que nos apontam para os imaginários discursivos sobre mulher e feminilidades nos quais o governo se ancora para construir seu discurso. Para fins de uma melhor organização de nossos resultados, optamos por elencar aqui as principais observações em torno de temáticas.

1) Infantilização do público-alvo e assimetria de informações

Em toda a cartilha, é possível identificar uma tendência de simplificação das informações apresentadas, demonstrando a projeção de um público – neste caso, as mulheres brasileiras – infantilizado, que necessita de facilitação para o entendimento da informação. Essa relação assimétrica na troca informacional é, a nosso ver, demarcada não só pelo gênero discursivo utilizado – a cartilha –, mas também pela caracterização do tipo de informação que nelas serão apresentadas: dicas.

(I) A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) elaborou uma cartilha com *dicas* para esse momento de pandemia. (p. 5)

(II) Vamos às *dicas* do Ministério da Saúde? (p. 8)

(III) A Organização das Nações Unidas divulgou algumas *orientações* para *mamães* e demais cuidadores sobre o novo coronavírus. (p. 13)

A palavra dica¹⁰ é definida no *Dicio – Dicionário Online de Português* como: “Informação útil e específica sobre algo pouco conhecido que ajuda alguém a fazer alguma coisa”. Pressupõe que alguém, detentor do conhecimento, precisa simplificá-lo para quem não o possui. Especificamente no fragmento II, o uso da palavra dica, teoricamente atribuída ao Ministério da Saúde, demonstra, além da simplificação, uma escolha que difere da enunciação oficial utilizada pelo órgão citado, visto que no site do Ministério da Saúde essas informações são fornecidas como *recomendações* de prevenção contra o coronavírus.

Interessante notar que fontes diferentes, citadas na cartilha, enunciam seu conteúdo de modo diferenciado. A cartilha cita a Organização das Nações Unidas (ONU) como responsável por fornecer orientações (excerto III); já o Ministério da Saúde e a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres são responsáveis pelas dicas. Estas construções discursivas nos permitem identificar os órgãos do Governo Federal como responsáveis pela didatização de informações que tendem a ser mais complexas; já a ONU exerce o papel de fornecer orientações – o que, a nosso ver, indica funções e pesos diferentes aos trabalhos de cada um deles.

¹⁰ Disponível em: <<https://bit.ly/3tfOxhN>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

A preocupação com tornar uma informação acessível a um público-alvo que, supostamente não a possui, diz respeito tanto a uma característica do trabalho do jornalista quanto do profissional – jornalista ou não – de divulgação científica. O divulgador científico tem que tornar as informações acessíveis, o que não significa infantilizar seu público-alvo, visto que analisar o entendimento que este já possui é essencial para o profissional e para a concretização da divulgação (YEARLEY, 1999 apud MENDES, 2006). Todavia, nesta cartilha, não conseguimos encontrar construções discursivas que nos permitam identificar processos de recontextualização do discurso científico, uma vez que argumentos desta natureza não são utilizados. Nossa análise discursiva sinaliza-nos que a cartilha está majoritariamente sustentada em saberes de crença de opinião.

No capítulo destinado à temática do mercado de trabalho, percebemos a mobilização implícita de um saber teórico perpassando a ideia da definição de um plano de contingência, mesmo sem haver marcas explícitas de que isso é definido por especialistas. Contudo, pressupõe-se que este conhecimento seja básico, não precisando ser explicado por alguém especializado da área. Caso as empresárias desconhecessem o assunto, a cartilha apresentava *dicas* sobre tal temática:

(IV) Se você é dona de uma empresa, temos algumas dicas para esse momento de pandemia, as quais você poderá utilizar: *Precisamos pensar antes de agir* e colocar isso no papel ajuda muito. É hora de desenvolver um plano de contingência. Não é difícil. Coloque no papel os possíveis problemas que podem surgir em razão da crise, as possíveis soluções, os valores necessários e os responsáveis por cada ação. (p. 32)

A apresentação das dicas nos faz crer na pressuposição da ausência de informações suficientes sobre a pandemia, por parte das mulheres. O Governo Federal, por meio da ação ministerial, se apresenta então como um agente responsável por ensinar às mulheres o que e como fazer. Esta elaboração utiliza a legitimidade do Ministério da Saúde, como um órgão oficial, para conferir crédito às informações que ali são apresentadas e, por vezes, recorre-se também a órgãos internacionais, como a OMS.

Por fim, ao utilizar essa estratégia de responsabilização do Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos por dicas e não por políticas públicas, há uma transferência de responsabilidade do planejamento e do enfrentamento efetivo da pandemia para os cidadãos, em vez de tratá-los como um dever governamental.

2) Universalização do público-alvo a partir da maternidade

Conforme dito anteriormente, a cartilha apresenta como público-alvo as mulheres. Contudo, essa universalização do público-alvo ganha contornos mais específicos quando examinamos a seleção lexical. No excerto III, por exemplo, a palavra *mamães* indica já um recorte na categoria mulheres. Além disso, quando alguém se dirige a uma mulher chamando-a de mamãe, reduz o significado de ser mulher a ser mãe, invisibilizando todos os papéis, as experiências e os desejos das mulheres que não correspondem ao que a sociedade condiciona como função feminina de procriação.

Cumpramos ressaltar que a universalização da ideia de que todas as mulheres são mães, ou tendem a ser, faz parte de um imaginário heteronormativo, que diz de uma relação familiar construída entre uma mulher, um homem e seus filhos. Além disso, percebemos a maternidade como uma naturalizada e sutil obrigação da mulher, o que, além de trazer estereótipos sobre a gravidez, coloca a responsabilidade de criar e educar as crianças apenas nas mulheres:

(V) Alô, gestantes e *mamães!* Agora o diálogo é com vocês! (p. 10)

(VI) A gravidez é um momento de *sensibilidade*. Sabemos que enfrentar uma pandemia exige ainda mais de todas vocês. Nesse sentido, a SNPM dialogou com o Ministério da Saúde para esclarecer algumas dúvidas que estão circulando nas redes sociais e, assim, trazer um pouco de *tranquilidade*. Vamos lá? (p. 10)

Estes dois recortes fazem parte do capítulo sobre saúde, no qual são apresentadas informações gerais para o atual momento, exemplificado no fragmento V. O emprego adverbial temporal “agora” pode nos levar a crer que, anteriormente, não havia sido fornecida informação para mulheres que são mães. Contudo, a correspondência entre mulheres e maternidade acontece em outras seções do material e não há uma separação de “dicas” para as mulheres e “dicas” para as “mamães”. Esta constatação reforça a crença de uma visão naturalizada e determinista da mulher como mãe.

Ademais, a informação sobre a gravidez (excerto VI), além de reforçar a condição materna, traz indícios de uma projeção da maternidade como um período de sensibilidade, reverberando feminilidades já socialmente cristalizadas de emotividade.

3) O cuidado como atribuição feminina

Os excertos anteriormente apresentados nos sinalizam que, além de mães, as mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos, ressaltando, assim, a relação entre mulher e atividades de cuidado, ancorado na divisão da sociedade civil patriarcal e engendrado no contexto do espaço da casa como relativo às mulheres, numa dicotomia público/privado (PATEMAN, 2013). Essas correspondências entre mulheres-mães-cuidado, estabelecidas discursivamente, sinalizam-nos um imaginário sociodiscursivo de feminilidade, apoiado, sobretudo, nos saberes de crença de opinião comum, visto que se faz universal para todas as mulheres e parte de avaliações e julgamentos dos indivíduos (CHARAUDEAU, 2017).

Ademais, essa atribuição feminina é fundada e perpetuada a partir de uma construção sociocultural que socializa as mulheres, desde crianças, a terem atitudes e comportamentos dóceis, apaziguadores e de cuidado (SAFFIOTI, 2015). Dessa forma, este atributo é tido como natural, algo que aprendemos e experienciamos no cotidiano e que, portanto, mantemos em nossas vidas, revelando que os imaginários se fundam também nos saberes de experiência (CHARAUDEAU, 2017).

A utilização de palavras relacionadas ao universo feminino de cuidado, de fazer bonito, começam a demarcar esse imaginário:

(VII) Fique atenta a sintomas gripais em seu convívio familiar, para não se expor. (p. 9)

(VIII) Fique atenta, pois a transmissão acontece por meio de contato com pessoas infectadas ou objetos contaminados. É hora de *caprichar* na higiene e evitar contaminação. (p. 8)

O verbo *caprichar* adquire, neste contexto, um uso conotativo de “fazer bem feito”, “fazer com afinco”. Mais do que executar muito bem os procedimentos de higiene, estes precisam ser caprichados. Na frase, pressupõe-se que a higiene e, por conseguinte, a limpeza sejam atividades sob a responsabilidade das mulheres, no âmbito da organização familiar. Tal percepção se materializa nos dados da pesquisa “Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil”¹¹, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo a qual as mulheres brasileiras dedicaram, em 2019, quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas) aos cuidados de pessoas ou a afazeres domésticos, demonstrando, assim, uma grande desigualdade de gênero na divisão de trabalho doméstico.

4) Demais atributos de feminilidade

Outra característica da feminilidade construída pela cartilha é a noção de cordialidade:

(IX) Evite abraços, beijos e apertos de mãos. Adote uma onda amigável sem contato físico, mas sempre com um sorriso no rosto. (p. 9)

No fragmento IX, a indicação é de que, mesmo vivendo em um contexto de pandemia, com tanto sofrimento e dificuldade, a mulher precisa estar feliz, ser amigável e singela, quando encontrar com as pessoas. Percebemos nesta instrução o reforço de uma característica muito atribuída à feminilidade, que sugere “mulheres comportadas, dependentes – posto que inseguras e frágeis – emocionalmente instáveis e delicadas (atributo que se relaciona a uma postura estética, para além de um comportamento dócil)” (VIEIRA, 2019, p. 54).

Cumprido destacar que a frase apresentada no excerto IX figura da mesma forma no site do Ministério da Saúde, na área específica para o coronavírus, no tópico “como se proteger”¹². Neste caso, percebemos, além da construção de uma feminilidade por mais de um agente do Governo Federal, um deslocamento do real perigo da pandemia, com a valorização de aspectos de menor importância. Mesmo diante de tanta dor e de tantos desafios, é instruído, pelos órgãos oficiais do governo, lidar com o contexto de modo simpático e alegre. Estas orientações sinalizam, a nosso ver, o posicionamento do próprio governo acerca da pandemia, negligenciando sua gravidade e todas as recomendações médicas e de

¹¹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

¹² Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-proteger>>. Acesso em: 7 maio 2021.

órgãos governamentais internacionais para a prevenção e o controle da doença, defendendo interesses econômicos empresariais em detrimento da vida de milhares de brasileiras¹³.

Percebemos também mais uma característica da feminilidade no capítulo do mercado de trabalho. Aqui, a mulher aparece como insegura e emocionalmente instável, o oposto da racionalidade tida como masculina (VIEIRA, 2009), e, por isso, não pensa antes de tomar decisões, principalmente as que precisam de agilidade:

(X) Estamos passando por um momento delicado tanto do ponto de vista da saúde, quanto da economia, *o que exige de todas decisões rápidas e muito equilíbrio.* (p. 32)

A mulher precisa, agora, ter equilíbrio, o que pressupõe que ela não tenha naturalmente, assim como precisa também pensar antes de agir, ou seja, não ser impulsiva, característica muito atribuída ao imaginário sociodiscursivo das feminilidades. Além disso, a frase apresenta uma contradição, visto que decisões rápidas tendem a ser menos equilibradas, pois trazem o risco de não trazerem a reflexão adequada.

5) Violência como temática presente, mas pouco desenvolvida

No capítulo sobre a violência contra a mulher, não há nenhum tipo de referência ou discussão sobre as raízes dessa violência, os motivos dessa existência e o que fazer para evitá-la; apenas são demarcados contatos e locais de atendimento à mulher vítima de violência. Essas ocorrências discursivas sinalizam-nos que não há uma preocupação, por parte dos realizadores da cartilha, em trazer instrumental teórico para que as mulheres problematizem a temática. Reconhecemos a grande importância das mulheres terem acesso a informações sobre onde buscar ajuda e sobre as redes de apoio, sobretudo aquelas oficiais. De fato, são informações que precisam ser conhecidas por mais pessoas, para que possamos tornar públicos e amplamente conhecidos os agentes de auxílio.

Contudo, interessa-nos questionar: será que apenas disponibilizar contatos dos órgãos públicos e dos locais de apoio são suficientes para a discussão sobre violência contra a mulher na pandemia? De acordo com dados¹⁴ do MMFDH, foram registrados, em 2020, 105.821 denúncias de violência contra mulheres, o que corresponde ao impressionante número de 12 denúncias por hora. Portanto, ao não se problematizar a violência em si (os motivos dessa ocorrência e as razões para o aumento dos casos na pandemia), parece haver uma naturalização da situação, além de não ser uma medida eficaz para alterar tal quadro.

Além disso, a cartilha demarca o que o MMFDH entende por violência sexual:

¹³ A negligência do Governo Federal em relação à pandemia gerou não apenas repercussão nacional e mundial, como também resultou em denúncia contra Bolsonaro na ONU. Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/17650_denuncia-onu.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

¹⁴ Disponível em: <<https://bit.ly/3dCTVXc>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

(XI) Observe se as mulheres – *especialmente meninas e adolescentes* – estão sendo vítimas de carinhos forçados, *intimidades inadequadas* ou abusos sexuais, no âmbito do seu lar ou do vizinho. (p. 28)

Violência, no contexto da cartilha, é tematizada pelas intimidades inadequadas e pelos abusos sexuais. Contudo, como definir o que seriam intimidades inadequadas? Aqui, a cartilha, além de explicar muito superficialmente o que caracteriza uma violência sexual, abre espaço para criação de um juízo de valor sobre a intimidade que pode ser entendida como inadequada. Ademais, a restrição de idade, além de não representar a faixa etária mais afetada (16 a 24 anos)¹⁵, camufla a realidade de que a violência ocorre, grande parte das vezes, dentro de matrimônios ou de relações conjugais¹⁶, ou seja, no seio de uma relação familiar, muito defendida pela ministra Damares Alves¹⁷. Por fim, não há caracterização de nenhum outro tipo de violência ao longo do texto, deixando de fora discussões importantes sobre outras formas de agressão, como violências física, psicológica, moral e patrimonial.

De acordo com o Instituto Maria da Penha¹⁸, a violência contra a mulher, em um contexto conjugal, acontece por meio de um ciclo que se repete constantemente. O ciclo da violência (como é chamado) é constituído por três fases: o *aumento da tensão*, o *ato de violência* e o *arrependimento e comportamento carinhoso*. A primeira fase tem como características a irritação, a raiva intensa e as ameaças feitas pelo agressor. Já a segunda é marcada pela violência, seja ela física, verbal, psicológica, moral ou patrimonial. Nesse momento, é comum a mulher se sentir paralisada, com tensão psicológica, medo, solidão, vergonha, dor, raiva e dúvida. No entanto, é geralmente nessa fase, quando estão mais distantes do agressor, que muitas mulheres conseguem denunciá-los. Na terceira fase, o agressor se arrepende e se aproxima com delicadeza, tentando se reconciliar, dizendo que “vai mudar”. A mulher, culturalmente pressionada para manter a união, principalmente quando têm filhos(as) envolvidos(as), com medo, confusa, intimidada, pressionada, acaba aceitando a situação. Há um momento de relativa tranquilidade até que as tensões aumentem novamente, ou seja, fazendo dessas fases um ciclo de violência contínuo e difícil de ser quebrado.

Considerações finais

Por meio das análises, percebemos a construção de imaginários que tendem a reforçar um ideal de feminilidade específico e a naturalizar relações de violência, ao silenciar essa discussão. O imaginário mais recorrente está relacionado com a esfera privada e vinculado ao pensamento de caráter biológico de justificação do papel da mulher, visto que a mulher aparece como a principal responsável pelo cuidado com a família, o ambiente familiar e os filhos. Assim, percebemos que, quando se aborda a saúde, os imaginários estão

¹⁵ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf>. Acesso em: 9 maio 2021.

¹⁶ Disponível em: <<https://bit.ly/3epNura>>. Acesso em: 29 out. 2020.

¹⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/3e8rMrq>>. Acesso em: 1 maio 2021.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>>. Acesso em: 6 maio 2021.

relacionados à esfera do cuidado, do espaço privado, e são marcados por saberes de crença de opinião comum e de experiência. A abordagem do mercado de trabalho, por sua vez, indica a presença dos imaginários da mulher emotiva, instável, impulsiva e insegura, a partir dos saberes de crença de opinião comum. Tais imaginários se opõem completamente à racionalidade, característica considerada ideal para o exercício de trabalho na esfera pública e ligada à construção da masculinidade.

Por outro lado, quando se trata de violência, o MMFDH se apresenta como um suporte para ajudar a tratar as consequências, por meio da disponibilização de informações sobre órgãos específicos que auxiliam a vítima de violência doméstica. O foco da discussão está em apresentar meninas e adolescentes como sujeitos mais vulneráveis. Percebemos uma construção narrativa que sinaliza a identidade do próprio Governo Federal como isento de se aprofundar nas questões de violência, silenciando também a violência matrimonial em defesa de um ideal de família.

Também identificamos, na construção dessa narrativa, que as mulheres precisam de simplificação de algumas informações básicas para seu entendimento, como um conhecimento técnico de gestão de uma empresa para momentos de crise e sobre os cuidados de segurança relativos ao contágio da Covid-19. Isto aponta novamente para a construção da identidade do Governo, aqui como detentor e simplificador dos conhecimentos, visto que não são apresentadas outras fontes ao longo da cartilha.

Por fim, faz-se necessário ressaltar a importância do discurso organizacional, sobretudo o do Governo Federal – neste caso, por meio do MMFDH –, como enunciador e responsável pela condução da pandemia. Entendemos ser o MMFDH o *locus* adequado para realização de ações específicas de política pública ao enfrentamento da pandemia destinadas à população mais vulnerável e, portanto, passível de ser alvo prioritário de ações de promoção dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Contudo, a análise nos revela que o discurso estabelece um movimento de transferência de responsabilidade do enfrentamento à pandemia para os cidadãos – nesse caso, as cidadãs – e de tentativa de estabilizar as identidades femininas, a partir da construção de uma feminilidade específica e normatizadora. Estabilização esta que afasta a atuação do MMFDH no que diz respeito ao desenvolvimento de ações ligadas a pautas e orientações mundiais cujos compromissos se alinham aos direitos humanos e à equidade de gênero.

A nosso ver, a base fundante dos imaginários emanados na análise desse discurso organizacional é o posicionamento neoconservador do Governo Federal e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, calcado em estratégias de promoção de valores tradicionais cristãos e patriarcais. A cartilha *Mulheres na Covid-19* revela a concepção oficial da mulher como condicionada ao seu lugar “natural” de reprodutora da vida social.

Referências

BALDISSERA, Rudimar. Tensões dialógico-recursivas entre a comunicação e a identidade organizacional. *Organicom*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 229-243, set. 2007.

BALDISSERA, Rudimar; MAFRA, Rennan. Discursos, identidades e relações de poder: dinâmicas e emergências em comunicação organizacional. In: FARIAS, Luiz Alberto de; LEMOS, Else; REBECHI, Claudia Nociolini (Orgs.). *Opinião pública, comunicação e organizações: convergências e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Abrapcorp, 2020. p. 271-289.

BRAGA, José. Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (Orgs.). *Mediação e midiaticização*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 31-52.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIOKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.

CONNELL, Raewyn. Políticas de masculinidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206. jul./dez. 1995.

DINIZ, Ana Paula Rodrigues. Feminilidades e masculinidades no trabalho. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua; TEIXEIRA, Juliana Cristina; NASCIMENTO, Marco César Ribeiro (Orgs.). *Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais*. Salvador: EDUFBA, 2016. p.131-156.

ETZIONI, Amitai. *Organizações modernas*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 12. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

MENDES, Marta Ferreira Abdala. *Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista-divulgador José Reis (1948-1958)*. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 590-621, 2016.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Niterói: UFF, Horizontes, 2013. p. 55-79.

SACONI, José Paulo. Cotada para ser ministra, Damares diz que ‘mulher nasce para ser mãe e infelizmente tem que ir para o mercado de trabalho’. *O Globo*, 30 nov. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/cotada-para-ministra-diz-que-mulher-nasce-para-ser-mae-infelizmente-tem-que-ir-para-mercado-de-trabalho-23272762>>. Acesso em: 22 fev. de 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 73-102.

TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VALENTIM, Tábatha Silva; PROCÓPIO, Mariana Ramalho; FONSECA, Anna Clara Araújo. Representação feminina por marcas de cerveja: uma análise semiolinguística do vídeo *skol reposter*. *Travessias*, Cascavel, v. 12, n. 4, p. 86-104, dez. 2018.

VIEIRA, Luciana Gomide. *A história de uma cozinheira: imaginários do universo culinário e gastronômico na narrativa de vida do livro de cozinha Todas as sextas*. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Viçosa, 2019.

YANNOULAS, Silvia Cristina. *Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA, 2002.

Maíra Teixeira Ferrari

Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Foi bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período de 2020 a 2021.

Mariana Ramalho Procópio

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).